

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.473.388 - RS (2019/0081978-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : BANCO SAFRA S A
ADVOGADOS : JOSÉ LÚCIO CICONELLI E OUTRO(S) - SP084741
MARCIO PEREZ DE REZENDE - RS105051A
AGRAVADO : VOLPATO ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S/A
AGRAVADO : REDE VAREJO BRASIL ELETRODOMESTICOS LTDA
AGRAVADO : LOJAS VOLPATO LTDA
ADVOGADOS : DARCIO VIEIRA MARQUES - RS003806
ÁLVARO BRIZOLA MARQUES - RS075462
RAFAEL BRIZOLA MARQUES E OUTRO(S) - RS076787

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por BANCO SAFRA S A, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de BANCO SAFRA S A, a parte Recorrente não procedeu à juntada da procuração e/ou cadeia completa de substabelecimento conferindo poderes ao subscritor do agravo e do recurso especial, Dr. Marcio Perez de Rezende.

É firme o entendimento do STJ de que a ausência da cadeia completa de procurações impossibilita o conhecimento do recurso (Súmula n. 115/STJ).

Ainda, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade na representação processual. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício, não regularizou.

Não se desconhece a petição de fls. 840/847, trazida aos autos em razão do despacho oportunizando a regularização do feito. No entanto, ela não pode ser

conhecida para os fins a que se destina, uma vez que protocolizada fora do prazo assinalado, ocorrendo a preclusão temporal da prática do ato.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente